

Um barão brasileiro no congresso internacional de Buenos Aires: as idéias pedagógicas de Abílio César Borges, Barão de Macahubas¹

*Dermeval Saviani**

Resumo

Partindo da intervenção do Barão de Macahubas em 2 de maio de 1882 na 9ª seção do Congresso Pedagógico Internacional de Buenos Aires, este trabalho situa a vida e a obra de Abílio César Borges no contexto do Império do Brasil explicitando suas idéias pedagógicas com destaque para os seguintes temas: a) concepção de homem e de infância e aprendizagem; b) o papel da escola e sua organização; c) os conteúdos do ensino; d) os métodos de ensino; e) a proeminência da educação moral. À guisa de conclusão busca-se esclarecer o significado dessas idéias pedagógicas explicitando as controvérsias que elas suscitaram, o caráter moderno da pedagogia preconizada a serviço, porém, de uma educação tradicional e, finalmente, o lugar de Abílio César Borges, o Barão de Macahubas, na história e na historiografia da educação brasileira. Pedagogo autodidata, Abílio César Borges era médico de formação, tendo desenvolvido suas idéias educacionais praticando-as nos colégios que fundou e se servindo das experiências de outros países, do que dão testemunho as três viagens que fez à Europa para observar o funcionamento das escolas, adquirir materiais didáticos e contratar professores.

Palavras Chave: História da educação, Barão de Macahubas, congresso pedagógico

Abstract

Grounded on Baron of Macahubas intervention in the 9th section of International Pedagogic Congress of Buenos Aires, on May 2, 1882, this paper places the life and works of Abílio César Borges in the context of Brazil's Empire. It describes his pedagogic ideas, with emphasis to the following issues: a) conception of man and of childhood and learning; b) school role and its organization; c) teaching contents; d) teaching methods; e) the prominence of moral education. What is pursued as conclusion is to enlighten the meaning of these pedagogic ideas, bringing to light: i) the controversies they raised; ii) the modern character of his pedagogy, although it was meant to meet the interests of a traditional education, and iii) the place of Abílio César Borges, Baron of Macahubas, in the history and the historiography of Brazilian education. Abílio César Borges was a self-taught pedagogue and a graduated physician who developed his educational ideas by practicing in the schools he founded, and using experiences from other countries, as testimony by his three trips to Europe to observe schools operation and to hire teachers.

Key Words: history of education, Barão de Macahubas, Pedagogic Congress

¹ Trabalho apresentado nas "XI Jornadas de História de la Educación", realizada de 8 a 10 de setembro de 1999 na Universidad Nacional de Quilmes, Argentina. O autor agradece o apoio do CNPq ao projeto "História das Idéias Pedagógicas no Brasil" em cujo âmbito foi elaborado este texto.

* UNICAMP, Campinas, Brasil

1. A cena:

Buenos Aires, 2 de maio de 1882. Nesse dia realizava-se na capital argentina a nona sessão do Congresso Pedagógico Internacional. Pouco depois de iniciada a reunião, pede a palavra o Senhor Barão de Macahubas. Concedida a palavra, o Barão de Macahubas é autorizado a ler um trabalho que havia preparado e que foi integralmente transcrito nas Atas do Congresso².

Num longo discurso, o Barão aborda dois temas: o primeiro diz respeito à formação dos mestres das escolas primárias; e o segundo se refere aos "melhores meios de nas escolas sustentar a disciplina e de fomentar nos meninos o gosto pela instrução" (MACAHUBAS. 1882, p.184). Como resposta à primeira questão, ele propõe aos Estados nacionais que fundem Internatos Normais. E para equacionar o segundo problema ele preconiza a abolição das escolas de todo e qualquer tipo de prêmio ou castigo.

A argumentação apresentada para a defesa dessas duas teses pode ser, resumidamente, assim exposta:

a) É "coisa universalmente incontroversa que sem bons mestres não pode haver boas escolas, não pode haver bom ensino"(IBID., p.125).E a falta de bons mestres é sentida por todos os países, mesmo aqueles mais adiantados como os da Europa e os Estados Unidos. E onde será possível encontrar os mestres tão requeridos por todas as nações? Por toda a parte se acreditou que garantindo boas condições de trabalho, de vida e de salários surgiriam homens de talento que se converteriam em mestres exemplares. Completo engano, afirma o Barão de Macahubas: "os legítimos, os verdadeiros mestres, não os podem fazer os laboratórios sociais, ainda os mais aperfeiçoados; - existem feitos: só a natureza os cria"(IBID., p.125). A vocação educativa é, em suma, um dom. E onde encontrar essas vocações? Esses mestres que existem nas entranhas insondáveis da sociedade serão encontrados nas próprias escolas primárias: "os mestres comuns, ainda os menos hábeis, (...) descobrem instintivamente entre os discípulos quais os dotados de faculdades educativas e os sabem logo escolher para seus monitores e ajudantes" (IBID., p.126). E uma vez descobertos os futuros mestres, trata-se de prepará-los. E como fazê-lo? "Só nas escolas normais: e em particular - escolas normais internatos"(IBID., p.148).

Em seguida o barão passa a justificar a conclusão acima apresentada. Para ele não convém criar escolas normais senão nos grandes centros, isto é, nas capitais das províncias. Assim sendo, se forem constituídas na forma de externatos essas escolas serão freqüentadas por "indivíduos desclassificados

² Agradecemos ao Prof. Hector Rubén Cucuzza a gentileza de nos ter enviado cópia das Atas do Congresso.

que não se reconhecendo com préstimos para ocupações sérias, muitas vezes ociosos, freqüentadores das ruas e dos cafés" buscarão matricular-se apenas para se isentar do serviço militar ou obter com facilidade um diploma "com que possam continuar a viver sem fadiga e sem trabalho" (IBID., pp.149-150) não se dispendo, de forma alguma, a ensinar nas aldeias. Inversamente, os internatos garantiriam a aquisição ou afirmação dos "hábitos de ordem, de trabalho, de obediência ao dever, de concentração e desprendimento do viver agitado do mundo, hábitos estes sem os quais não concebo um bom mestre ou uma boa mestra de escola" (IBID., p.150). Desse modo, com a criação de internatos normais, estes receberiam gratuitamente jovens pobres do interior os quais, terminado o curso, voltariam para as respectivas cidades, vilas ou aldeias para reger as escolas tendo uma vida simples mas feliz.

b) em relação à segunda tese, o barão de Macahubas lembra que, desde o início de suas atividades no campo da educação, ele se posicionou contrariamente aos castigos. E cita passagens do discurso que proferiu em 1858, quando da inauguração de seu primeiro colégio, tendo retomado o mesmo assunto num outro discurso proferido em 1861 onde, após trazer em apoio à sua tese o testemunho de grandes educadores antigos e modernos, considerava que, se "o emprego dos castigos torna o mister dos mestres mais fácil, custando-lhes muitíssimo menos que o da doçura e da insinuação" (IBID., p.154), por outro lado, "se lhes custa menos, muito menos conseguem, visto como por meio dos castigos não alcançam jamais o verdadeiro fim da educação, que é persuadir os espíritos e inspirar-lhes o amor sincero da virtude" (IBID., p.154). E isto é assim tanto na educação moral como na intelectual onde o mestre deve utilizar "todos os meios para tornar agradáveis aos meninos as coisas que deles se exigem" (IBID., p.155).

Quanto aos prêmios, o barão confessa que os distribuiu regularmente durante dezesseis anos. A partir de 1875, entretanto, aboliu-os pois convenceu-se de sua inteira inutilidade e, mais do que isso, da danosa influência que exerciam sobre o espírito das crianças. Com efeito, observou ele que tanto os premiados como os que nenhum prêmio recebiam, continuavam com o mesmo comportamento e a mesma aplicação nos estudos, com uma diferença, porém: "os primeiros se tornavam cada vez mais orgulhosos e vaidosos, e portanto menos tratáveis, e os outros, ou desanimavam, ou tornavam-se piores, enfezados pela humilhação sofrida diante de seus colegas e de seus pais e parentes" (IBID., pp.155-156).

Constata-se nas Atas do Congresso que as teses defendidas pelo Barão de Macahubas tiveram grande aceitação uma vez que a leitura de sua

dissertação "foi interrompida por repetidas manifestações de aprovação" (IBID., p.185.

2. O cenário

Abílio César Borges nasceu no dia 09 de setembro de 1824 na vila de Minas do Rio de Contas, a 751 quilômetros de Salvador e 150 de Macaúbas. Os estudos elementares, assim como latim, francês e filosofia foram feitos ainda em sua cidade natal. Em 1838 foi para Salvador onde se matriculou no Colégio Conceição para fazer o Curso de Preparatórios, correspondentes ao atual Ensino Médio. Em 1841 ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador, tendo se transferido em 1846 para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Aí concluiu o curso de medicina, tendo se laureado em 20 de dezembro de 1847 com a tese "Proposições sobre Ciências Médicas". Consta que exerceu a medicina no início da carreira nos sertões da Bahia, na região onde nascera. Entretanto, não seguiria a profissão de médico. Nomeado Diretor Geral dos Estudos da então Província da Bahia, tomou posse em 28 de março de 1856. Ficou pouco mais de um ano no cargo, tendo se demitido em 1857 o que se deveu, de um lado, a algumas resistências que encontrou no exercício de sua função e, de outro lado, à mudança do quadro político nacional.

Ilustra o primeiro aspecto o desentendimento do professor de Francês com o Diretor do Liceu Provincial, resolvido pelo Diretor Geral da Instrução Pública com a proposta de jubilação do professor de Francês. O governo, entretanto, em razão de pressões políticas, não deu seqüência ao ofício do Diretor Geral e manteve o professor na cadeira que ocupava. Em consequência, o Dr. Abílio exonerou-se do cargo (Cf. ALVES, 1942, pp.72-73)

Quanto à mudança do quadro político, a mesma decorreu da vitória do partido liberal com a conseqüente queda do gabinete conservador a cujos políticos Abílio César Borges era ligado.

No alentado Relatório relativo ao ano de 1856, o futuro Barão de Macahubas expressa suas posições sobre os mais variados temas tais como: a situação do professorado; a defesa de *um sistema geral de Instrução Pública* contra o sistema provincial então vigente; a instituição de escolas normais para a formação dos mestres primários; a distribuição gratuita de periódicos aos professores; a construção de prédios escolares separados das residências dos professores; a autorização para que cada freguesia que necessitasse erigir uma escola pudesse fazer uma pequena loteria; a criação do Ministério Nacional de Instrução; a liberdade e fiscalização das escolas particulares (Cf. Relatório de 1856, in ALVES, 1942, pp22-41).

Tendo deixado a Instrução Pública, Abílio vai procurar pôr em prática suas idéias pedagógicas na iniciativa privada fundando, em 1858, o *Ginásio Baiano* em Salvador. Caracterizado por "disciplina branda, novos processos para a aprendizagem da leitura, métodos renovados para o estudo das línguas vivas, grande preocupação com o vernáculo" (HAIDAR, 1972, p.176), o renome do Ginásio Baiano transcendeu os limites da Província se notabilizando pelas personalidades que nele estudaram como Castro Alves e Rui Barbosa.

Durante o período em que se dedicou ao Ginásio Baiano o futuro Barão de Macahubas fez duas viagens à Europa. A primeira ocorreu em 1866. De lá ele trouxe material pedagógico, professores, além de ter aproveitado para redigir alguns compêndios: "estou aproveitando minha demora forçada, na composição segundo o que me tem ensinado a prática, e o que por cá tenho visto, de algumas obrinhas elementares para as escolas brasileiras" (ALVES, 1942, p.104). A segunda viagem se deu em 1870, para tratamento de saúde, quando aproveitou para redigir outros textos e imprimir novos livros. Em 1879 ele viajou novamente para a Europa, oportunidade em que assinou o prefácio da edição escolar que organizou da obra *Os Lusíadas*.

Retornando da Europa em 1871, providenciou Abílio a mudança para o Rio de Janeiro onde inaugurou o Colégio Abílio que funcionou até 1880 quando foi dissolvida a sociedade com Epiphânio Reis o qual ficou com o estabelecimento de ensino.

De acordo com o *Plano de Estudos* do Colégio Abílio do Rio de Janeiro, os estudos estavam divididos em duas seções: uma de *instrução primária* e outra, de *instrução secundária*.

A seção de instrução primária tinha a duração prevista para três anos, compreendendo as seguintes disciplinas:

1º Ano: Leitura; Aritmética; Catecismo; Geografia; História Santa; Lições sobre as coisas; Prática da Língua Francesa; Desenho e Caligrafia; Dança e Ginástica; Música Vocal. A essa programação, o texto do *Plano de Estudos* acrescentava a seguinte observação: "Durante este primeiro ano os discípulos nunca vão à banca de estudo em silêncio; o que aprendem, aprendem somente nas aulas, e sem constrangimento, não tendo jamais lição passada e estudada de véspera. Os dias correm para eles, ora nas aulas, ora nas recreações".

2º Ano: Leitura; Caligrafia; Ortografia; Aritmética; Catecismo; Geografia; História Santa e do Brasil; Prática da Língua Francesa; Lições sobre as coisas; Gramática Portuguesa; Música Vocal; Desenho; Dança, Ginástica e Natação.

3º Ano: Leitura; Caligrafia; Ortografia; Aritmética; Catecismo; Sistema decimal de pesos e medidas; Geografia; Cosmografia; História Santa e do Brasil; História Natural; Gramática Portuguesa; Lições sobre as coisas; Prática da Língua Francesa; Música Vocal; Desenho; Dança, Ginástica e Natação.

O Plano de Estudos da Instrução Primária continha, ao final, a seguinte observação: "Por este método saem da escola primária os meninos com noções gerais de quase tudo que terão de aprender nos estudos secundários, escrevendo o português com boa ortografia, e já com um tal ou qual estilo; e por sobre isto, sem haverem tido uma só lição de francês de véspera, e sem mesmo lhe terem visto a gramática, somente por breves mas constantes exercícios absolutamente práticos e amenos, podendo ler com perfeição esta língua, e falando-a regularmente no que é propriamente conversação familiar, entendendo e respondendo a todas as questões que na mesma lhes são dirigidas; de modo que, ao começarem o estudo teórico dela, encontrarão a maior facilidade".

O Plano da Seção de Instrução Secundária começava com a seguinte observação: "Esta seção dura regularmente sete anos, podendo, entretanto, ser reduzida a 4 ou 5, ou estendida a mais, conforme a inteligência e a aplicação dos alunos; e compreende os preparatórios exigidos para a matrícula nas diversas faculdades do Império, assim como a prática de falar as línguas francesa e inglesa, e o ensino teórico e prático da língua alemã, para aqueles que quiserem aprender esta língua" A distribuição das disciplinas pelos sete anos previstos, era a seguinte:

1º Ano: Latim; Francês teórico; Francês prático; Inglês; Geografia Física e Cosmografia; História Geral; Religião; Gramática Portuguesa; Curso prático de Aritmética; Desenho, Dança, Música Vocal, Ginástica e Natação.

2º Ano: Latim; Francês; Inglês; Geografia e Cosmografia; História Geral; Língua portuguesa; Curso prático de aritmética; Religião; Desenho, Dança, Música, Ginástica, Natação.

3º Ano: Latim; Inglês; Inglês e Francês (Aulas práticas de conversação nestas línguas, e versão de uma para outra reciprocamente, de improviso); Geografia física e política; História Antiga; Cosmografia; História Geral; Língua Portuguesa; Curso prático de aritmética; Religião; Desenho, Dança, Música, Ginástica, Natação.

4º Ano: Latim; Francês e Inglês; Geografia Física e Política; Língua Portuguesa; Religião; Alemão (opcional); Curso prático de aritmética; Dança, Música, Ginástica e Natação.

5º Ano: Aritmética (Curso especial superior); Francês, Inglês; História da Idade Média; Língua Portuguesa; Religião; Alemão; Ciências; Desenho, Música e Dança.

6º Ano: Álgebra; Aritmética; Filosofia; História Moderna e Contemporânea; Francês e Inglês; Noções de Física, Química e História Natural; Retórica; Religião; Alemão; Desenho, Dança, Música, Ginástica.

7º Ano: Geometria; Trigonometria; Filosofia; Francês e Inglês; Economia Social e Política; Literatura; Religião; Alemão, Desenho, Dança, Música, etc. (Cf. HAIDAR, 1972, pp.222-229, onde está transcrito, na íntegra, o *Plano de Estudos* do Colégio Abílio).

Nas circunstâncias do rompimento da sociedade com Epiphanyo Reis e considerando o agravamento da epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro, decidiu Abílio César Borges transferir-se para Barbacena, em Minas Gerais, onde abriu em 3 de fevereiro de 1881, um novo *Colégio Abílio*. No Rio de Janeiro em 15 de março de 1883 o *Colégio Abílio* foi reaberto por seu filho Joaquim Abílio Borges que o dirigiu juntamente com seu irmão, Abílio César Borges Filho, até sua extinção em 1911. O Colégio de Barbacena funcionou até 1888 quando o já agora Barão de Macahubas decidiu voltar ao Rio de Janeiro onde faleceu no dia 17 de janeiro de 1891.

Abílio César Borges cultivara a amizade do Imperador Dom Pedro II que visitara o seu colégio na Bahia em 1859. Alguns anos mais tarde, tendo vagado a Reitoria do Colégio Pedro II, o Imperador o convidou para assumir esse cargo. Não o aceitando, Abílio foi pessoalmente agradecer a honrosa distinção. "Vendo o Imperador que Abílio não desejava um cargo público, sugeriu-lhe a idéia de se transferir para o Rio. Aquiesceu, sob a condição de merecer o apoio de Sua Majestade" (ALVES, 1942, p.134). Tendo se mudado para o Rio de Janeiro em 1871, D. Pedro II o indicou para o Conselho de Instrução Pública da Corte, mandato que ele exerceu de 1872 a 1877. No dia 30 de julho de 1881 recebeu, por decreto imperial, o título de Barão de Macahubas. No ano seguinte foi enviado, como delegado do Brasil, ao Congresso Pedagógico Internacional de Buenos Aires. Essa amizade com o Imperador levou José Gonçalves Gondra a considerar as idéias pedagógicas do Barão de Macahubas como representando "uma posição *extra-oficial* do Império brasileiro" (GONDRA, 1998, p. 1).

Os escritos do Barão de Macahubas se constituem predominantemente de compêndios para uso nas escolas. Eis, a seguir, a relação de suas obras:

- 1 .Epítome da Gramática Portuguesa, 1860;
- 2 Epítome da Gramática Francesa, 1860;
3. Epítome da Geografia Física, 1863;
4. Primeiro Livro de Leitura, 1886;

5. Segundo Livro de Leitura, 1886;
6. Terceiro Livro de Leitura, Bruxelas, 1871;
7. Os Luzíadas (texto com a supressão das estâncias que não devem ser lidas por meninos), 1879;
8. Pequeno Tratado de Leitura em voz alta (tradução do texto de Ernesto Legouvé), 1879;
9. Desenho linear ou Geometria Prática Popular, 1876;
10. Novo Primeiro Livro de Leitura - Leitura Universal, 1888;
11. Cantos - Ensino da Música nas Escolas, Colégios e Famílias, 1888;
12. Quarto Livro de Leitura (com a colaboração de Joaquim Abílio Borges), 1890;
13. Quinto Livro de Leitura (com Joaquim Abílio Borges), 1890(?) (Cf. ALVES, 1942, pp. 146-161).

Além dos textos didáticos, Isaías Alves menciona também os aparelhos escolares inventados pelo Barão de Macahubas, como o *Aritmômetro Fracionário*, ou introduzidos por ele nas escolas, como os globos de horas relativas de Juvet, o globo de Perce, o Telúrio de Mac-Vicar (IBIDEM, pp.164-169). Em seguida o mesmo autor relaciona discursos, conferências e memórias escritos pelo Barão, num total de 18 títulos, além de outros 11 títulos referidos à sua obra ou ao seu colégio, escritos por outros autores (IBID., pp.169-174).

Dentre as obras por ele escritas, no entanto, talvez a mais importante, ao menos do ponto de vista da exposição de suas idéias pedagógicas, seja *A Lei Nova do Ensino Infantil*, editada em 1884 em Bruxelas. Trata-se de uma obra rara. José Gonçalves Gondra informa ter encontrado um exemplar no acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, fazendo referência à existência de um outro na Biblioteca da Faculdade de Direito da USP. O texto por mim analisado é fotocópia de um exemplar encontrado num "sebo" pelo Professor Gilberto Luiz Alves, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Os livros do Barão de Macahubas eram distribuídos gratuitamente pelas escolas de todo o país, numa atividade de mecenato amplamente reconhecida. O escritor Raul Pompéia, que freqüentou como interno o Colégio Abílio compôs o romance *O Ateneu* com base em sua experiência de aluno. A figura do Dr. Abílio é ridicularizada no personagem de Aristarco Argôlo Ramos.: "O *Ateneu* era o grande colégio da época. Afamado por um sistema de nutrido reclame, mantido por um diretor que de tempos a tempos reformava o estabelecimento, pintando-o jeitosamente de novidade, como os negociantes que liquiadam para recomeçar com artigos de última remessa" (POMPÉIA, 1997, p.32). Assim, o Colégio granjeou a

preferência das famílias abastadas: "De fato, os educandos do *Ateneu* significavam a fina flor da mocidade brasileira. A irradiação do reclame alongava de tal modo os tentáculos através do país, que não havia família de dinheiro, enriquecida pela setentrional borracha ou pela charqueada do Sul, que não reputasse um compromisso de honra com a posteridade doméstica mandar dentre seus jovens, um, dois, três representantes abeberar-se à fonte espiritual do *Ateneu*" (IBIDEM, p.33).

Raul Pompéia prossegue, em sua ironia:

"O Dr. Aristarco Argolo de Ramos, da conhecida família do Visconde de Ramos, do Norte, enchia o império com o seu renome de pedagogo. Eram boletins de propaganda pelas províncias, conferências em diversos pontos da cidade, a pedidos, à sustância, atochando a imprensa dos lugarejos, caixões, sobretudo de livros elementares, fabricados às pressas com o ofegante e esbaforido concurso de professores prudentemente anônimos, caixões e mais caixões de volumes cartonados em Leipzig, inundando as escolas públicas de toda a parte com a sua invasão de capas azuis, róseas, amarelas, em que o nome de Aristarco, inteiro e sonoro, oferecia-se ao pasmo venerador dos enfaimados de alfabeto dos confins da pátria. Os lugares que os não procuravam eram um belo dia surpreendidos pela enchente, gratuita, espontânea, irresistível! E não havia senão aceitar a farinha daquela marca para o pão do espírito. E engordavam as letras, à força, daquele pão. Um benemérito. Não admira que em dias de gala, íntima ou nacional, festas do colégio ou recepção da coroa, o largo peito do grande educador desaparecesse sob constelações de pedraria, opulentando a nobreza de todos os honoríficos berloques" (IBID., p.32).

Como assinala Maria de Lourdes Mariotto Haidar, "a ironia do autor do *Ateneu* deixa, contudo, incontestes os fatos. Na verdade, não eram apenas as escolas públicas da Corte e das capitais das províncias que recebiam, aos milhares, os donativos do Barão de Macahubas. A prodigalidade de Abílio, exuberantemente divulgada pelos jornais da Corte e periódicos provinciais, estendia-se às mais remotas e humildes localidades do Império" (HAIDAR, 1972, p. 198). Conforme informação de Isaias Alves, "cerca de 400.000 volumes das suas obras didáticas se distribuíram gratuitamente por todas as províncias" (ALVES, 1942, p.145).

3. As idéias pedagógicas do Barão de Macahubas

Autodidata em matéria de educação, o Barão de Macahubas construiu sua concepção educativa e a difundiu em estreita relação com a sua própria experiência na área, primeiro ao exercer a função de Diretor Geral da Instrução Pública da Bahia e depois, à frente dos colégios que fundou e dirigiu. Ora, se por *idéias educacionais* entendermos as idéias

referidas à educação consideradas de forma geral, independentemente de seu influxo no fenômeno educativo e, por *idéias pedagógicas* entendermos as idéias educacionais consideradas, porém, não em si mesmas mas na forma como se encarnam no movimento real da educação orientando e, mais do que isso, constituindo a própria substância da prática educativa (Cf. SAVIANI, in FARIA FILHO, 1999), então o conceito de *idéias pedagógicas* se aplica com plena adequação à concepção educativa de Abílio César Borges. Em consequência de seu autodidatismo e da íntima ligação de seu pensamento com suas ações no campo educativo, não se encontra uma exposição sistemática de suas idéias. Estas se acham espalhadas pelos seus compêndios, discursos, cartas e conferências, excetuando-se apenas o texto *A Lei Nova do Ensino Infantil* escrito deliberadamente com o propósito de explicitar sua concepção pedagógica como esclarece o autor logo no primeiro parágrafo do referido texto:

"Havendo eu anunciado a instituição, no Colégio Abílio da Corte, de um *curso especial de instrução primária*, segundo a que eu chamo - *Lei nova do ensino infantil*, isto é, segundo os princípios da pedagogia moderna e os meus próprios descobrimentos na matéria, julgo conveniente expor em que consiste essa *Lei nova*, cujo conhecimento poderá aproveitar aos pais de família para a educação de seus filhos, e aos mestres para a de seus discípulos, si razoáveis e proveitosas julgarem as idéias que lhe servem de fundamento" (MACAHUBAS, 1884, p.5).

Vê-se, por aí, que mesmo nesse trabalho com intenção teórica explícita, o móvel principal continua sendo o proveito que poderá trazer aos educadores, sejam eles pais de família ou mestres de escola. Por outro lado, apesar da intenção teórica, o texto não se caracteriza, propriamente, por uma exposição sistemática das idéias pedagógicas do autor. O tom dominante é o das referências fatuais, dos exemplos extraídos de sua própria prática assim como de outros autores e de outros países. Procurarei, pois, identificar na dispersão de suas obras, suas principais idéias pedagógicas. Para isso me servirei principalmente dos elementos reunidos por Isaías Alves no livro *Vida e obra do Barão de Macahubas* e, em especial, na dissertação apresentada no Congresso Pedagógico Internacional de Buenos Aires e no texto *A lei nova do ensino infantil*, organizando-as de acordo com o seguinte roteiro: a) concepção de homem e de infância e aprendizagem; b) o papel da escola e sua organização; c) conteúdos do ensino; d) os métodos de ensino; e) a proeminência da educação moral.

a) Concepção de homem e de infância e aprendizagem

Em termos gerais, a visão de homem e de mundo de Abílio César Borges se inseria no âmbito da mundividência católica. Dá testemunho disso o lugar que ocupa a religião no currículo de suas escolas, o fato de sempre contar com padres como capelães e professores em seus colégios e o apoio recebido dos arcebispos da Bahia. Julgava mesmo "de suma importância obrigar os professores, quer públicos, quer particulares, a conduzirem seus alunos à missa uma vez por semana, estabelecendo-se uma pena para os que não cumprirem esta obrigação" (ALVES, 1942, p.38). Por isso entendia que era preciso ser mais exigente com os estrangeiros, principalmente no que respeita à religião, se perguntando se seria conveniente consentir que um protestante viesse estabelecer entre nós "uma casa de educação para a mocidade" (IBID., pp.37-38). Entendia que o homem é um "espírito, que é uma emanção de Deus, de Deus que é todo puro amor" havendo "na alma humana uma tal nobreza inata" decorrente da "onipotente bondade da Providência" (MACAHUBAS, 1882, p.152). Mas, nas condições da segunda metade do século XIX, essa visão já incorporava elementos do liberalismo: "o mestre não foi encarregado pela natureza de guiar um escravo, de formar um soldado, de preparar um ministro dos altares etc., mas de educar um homem; isto é, um ente razoável e livre, tornando-o apto para as diversas carreiras sociais (IBID., p.152). Dado que a liberdade existe sempre no homem, ainda que latente, "de todo o ensino recebido, a alma não toma senão aquilo que ela quer". Portanto, "a autoridade, de um lado, (quero dizer a autoridade esclarecida pela sabedoria e animada pelo amor), e a confiança, do outro, tal é a condição de uma educação liberal" (IBID., pp.152-153). Logo, todos os meios utilizados na educação do homem "devem ter um caráter liberal, nobre, generoso, próprio a manter nele a altivez, a espontaneidade, a elevação dos sentimentos, em uma palavra, tudo que faz a dignidade do homem" a qual, por sua vez, "é inseparável da liberdade" (IBID., p.153). Daí se segue a sua concepção de infância e de pedagogia: "a criança é um ente pensante, ativo, moral, influído por afetos e paixões que convém regular, mas nunca violentar pela coação ou destruir pela tirania" E a pedagogia, por seu turno, "tem por fim cultivar a razão sem martirizar a sensibilidade: a sua missão é alumiar o espírito com o facho da ciência, e confortar o ânimo com os perfumes do amor" (IBID., p.153). Com efeito, entendia ele que "o corpo é uma máquina complicadíssima, cujo destino é o serviço da mente: e, pois, tanto melhor serviço prestará, quanto mais perfeito, mais forte. Em suma, quanto mais são for" (MACAHUBAS, 1884, p.21). Dado que, descontadas apenas as horas de sono "a lei de cada momento na vida" é "a atividade incessante do espírito", a capacidade de aprendizagem do ser humano é ilimitada e "o

repouso não é, pois, outra coisa na realidade senão uma troca, uma mudança de caminho ou de horizonte no curso de nossa atividade espiritual"(IBID., p.23). Segue-se, assim, que a moderna pedagogia deve se guiar pela regra segundo a qual "grande alívio é para o espírito a variedade bem calculada das tarefas" (IBID., p.23). Assim será possível aliviar grandemente a fadiga dos alunos no processo de aprendizagem.

b) Papel da escola e sua organização:

A partir dessa concepção de homem, infância e aprendizagem, o Barão de Macahubas considera que "em regra não quer a *Lei nova* que comece o ensino da escola senão aos 7 anos, e nunca antes dos 6. Antes de tais idades aprendem as crianças mais e melhor no seio de suas famílias. A vida pautada da escola, principiada antes do tempo próprio, acanha fatalmente o desenvolvimento do corpo, senão também o da inteligência" (MACAHUBAS, 1884, p.17). Por isso ele era contrário aos jardins da infância, chegando mesmo a considerar que a escolarização das crianças de 3 a 5 anos é "*coisa que repugna à natureza*, e portanto absurda, *tendo além disto seu lado ridículo*" ALVES, 1942, p.54).

Em média, a educação básica, compreendendo a escola primária e a secundária teria a duração de oito anos abrangendo, já, os estudos preparatórios para ingresso nos cursos de nível superior. A seqüência dos estudos era, pois, caracterizada por uma seriação metódica, diferentemente do que então ocorria nos Cursos de Preparatórios nos quais predominava o regime parcelado. Defendia a co-educação dos sexos e dava preferência para o regime de internato sendo que, para a formação dos professores que iriam atuar nas escolas primárias, esse regime era entusiasticamente preconizado por ele como a única forma de se instaurar escolas normais aptas a garantir a adequada preparação dos futuros mestres de escola. O Dr. Abílio tinha uma visão aristocrática do ensino secundário como se depreende dessa manifestação registrada à página 28 do Relatório que elaborou em 1856 na condição de Diretor Geral da Instrução Pública da província da Bahia: "Distribuída com muita profusão e pouco discernimento a educação secundária inspira aos mancebos das classes inferiores o desprezo de seus iguais e o desgosto de seu estado, granjeando-lhes uma espécie de enganadora superioridade que mais não lhes permite contentarem-se com uma existência obscura, e que entretanto não lhes dá essa superioridade real que poucos homens têm recebido da natureza, e que nenhuma educação poderia adquirir: e dest'arte ela povoa a sociedade de membros sem préstimos, que lhe levam o espírito de insubordinação, o desejo de mudanças e uma ambição inquieta e vaga a que não pode satisfazer uma situação sempre incerta e que se move em todos os sentidos

para adquirir abastança ou autoridade" (ALVES, 1942, p.70). Não encontramos referências do Barão de Macahubas sobre a questão da universidade ou do ensino superior, de modo geral.

c) Os conteúdos do ensino:

Para o autor da *Lei nova* o ensino compreendia um "programa largo e complexo" abrangendo "as noções elementares de quase todos os conhecimentos humanos, quer científicos, quer literários" (MACAHUBAS, 1884, p.17). Mais especificamente, esclarece ele que o ensino, no curso primário, compreendia "os elementos de geometria linear, plana e no espaço, de cálculo concreto e abstrato, de geografia e cosmografia, de mineralogia, geologia, botânica, zoologia, física, química mineral e orgânica, anatomia e fisiologia, história do Brasil, higiene, economia política, agricultura, direitos e deveres do homem, gramática da língua vernácula sem livro, leitura, desenho e escrita, conversação nas línguas francesa, inglesa, canto de ouvido e solfejo metódico, ginástica, dança e evoluções militares" (IBID., P.19). Vê-se, por esse elenco, a importância atribuída aos elementos científicos no currículo escolar. Aliás, em carta escrita em 1866, por ocasião de sua primeira viagem à Europa, o Dr. Abílio dizia que projetava fazer uma revolução nova na educação brasileira na qual ocuparia um lugar de destaque o cultivo das ciências naturais. E fazia referência à distância em que se achava a instrução no Brasil em comparação com a Europa: "os meninos aqui sabem mais história e ciências do que os homens de letras em nosso caro Brasil" (ALVES, 1942, p.48).

A hierarquização das disciplinas no currículo devia obedecer, grosso modo, à seguinte seqüência: a língua nacional, as matemáticas, a história e a geografia pátrias deviam ocupar a maior parte dos programas; em seguida viriam as línguas estrangeiras, a geografia geral e a filosofia.

Importância especial era concedida ao estudo da língua vernácula. Em carta datada de 29 de dezembro de 1868 dirigida ao Ministro do Império, o Dr. Abílio manifestava a sua estranheza ao observar a ausência da língua portuguesa nos programas dos exames de preparatórios para ingresso nos cursos superiores. Referindo-se ao desconhecimento que grassava entre os jovens no que se refere à ortografia e à gramática da língua portuguesa, apresenta vários argumentos que justificavam a inclusão dessa matéria no rol dos exames exigidos para matrícula nas diferentes faculdades. Em consequência, a 30 de outubro de 1869 o Ministro do Império Paulino de Souza decretava a inclusão do português como um dos preparatórios exigidos para ingresso nos cursos superiores.

Seguindo o princípio de que nada se devia obrigar a mocidade aprender que lhe não fosse de utilidade, priorizava no ensino das línguas

estrangeiras o aprendizado prático, segundo o método direto baseado na conversação e fazendo preceder o ensino de francês e inglês ao de latim. Advogava o estudo sério da história e que se desembaraçasse a filosofia das questões especulativas e transcendentais, não acessíveis aos jovens de quinze e dezesseis anos, reduzindo-a à lógica simplesmente. Em suma: "é em favor do estudo da história geral e da particular do Brasil; é em favor do estudo aprofundado da língua nacional e das matemáticas, que eu quisera ver reduzidos os exames de línguas estranhas e o de geografia a proporções razoáveis" (ALVES, 1942, p.94). Assim, com a ênfase na língua vernácula e nos estudos científicos, o Barão de Macahubas não conferia aos estudos clássicos a importância central atribuída por outros grandes colégios da época, a exemplo do Caraça, de Minas Gerais, e do próprio Colégio Pedro II, sediado na capital do Império.

d) Os métodos de ensino

Diante do extenso elenco de conteúdos previsto para a escola primária, como foi indicado no item anterior, o próprio Barão de Macahubas observa que lhe foi objetado que não é razoável sobrecarregar o espírito das crianças as quais poderão se abater com tantas exigências. Em resposta, diz ele: os que assim pensam não estão a par dos novos processos empregados no ensino da infância. Com efeito, "o método novo segue passo a passo o desenvolvimento físico e mental do aluno. Conformando-se com o processo fixado pela natureza, ele não violenta nem comprime a espontaneidade das boas aptidões herdadas, depura as más inclinações, e forma de um modo atraente hábitos novos, despertando ao mesmo tempo inclinações. A educação se tem assim convertido em uma tarefa delicada e interessante para o educador, e sumamente agradável e fácil para os que aprendem" (MACAHUBAS, 1884, pp.23-24).

O Dr. Abílio César Borges aderiu, pois, à pedagogia moderna procurando pôr em prática e difundir no Brasil os "métodos novos". Dessa forma, afirma que a *Lei nova* "quer que a escola seja um lugar de prazer e de felicidade para as crianças; quer que estas procurem-na em vez de fugir dela; quer enfim que amem-na em vez de odiá-la" (IBID., p.6). Criticando a passividade da escola tradicional, ele advoga uma escola ativa que "aguce a curiosidade no espírito dos meninos" inspirando-lhes "o gosto da instrução, convencendo-os das grandes vantagens dela, e abrindo-lhes portanto a vontade para o estudo" (IBID., p.11). Por isso "a *Lei nova* não impõe aos meninos a obrigação de aprender: excita-lhes o amor à escola, tornando-a convidativa pela variedade, amenidade e utilidade do ensino" (IBID., pp.11-12).

Demonstrando clarividência e bom senso, o barão, ao mesmo tempo que adere aos métodos novos, não deixa de perceber algumas fragilidades. Lembra que os vários países como a Alemanha, a França, Portugal e também o Brasil tiveram os seus métodos que, uma vez formulados, fazem, de início, grande barulho sendo promovidos entusiasticamente pelos seus autores e respectivos seguidores mas, em seguida, desaparecem de cena não sobrevivendo aos seus próprios formuladores. E conclui: "Quanto a mim o método antigo, se razoavelmente modificado, isto é, descarregado daquela infinidade indigesta de sílabas soltas e vãs, é ainda preferível, pela razão de não exigir propagadores especiais para ser aplicado. Todos os mestres, ainda os mais ignorantes, podem aplicá-lo, começando pelas mães, que devem ser os primeiros mestres de leitura dos meninos" (IBID., p.13).

e) Proeminência da educação moral

A educação moral, entendida em íntima ligação com a religião, ocupava posição central no conjunto das idéias pedagógicas do Barão de Macahubas. Isto está evidenciado no Relatório elaborado em 1856, enquanto Diretor Geral da Instrução Pública da Bahia e ao longo de toda a sua obra pedagógica se manifestando, obviamente, na dissertação apresentada no Congresso Pedagógico Internacional de Buenos Aires e, finalmente, no opúsculo denominado *A Lei Nova do Ensino Infantil*.

No Congresso de Buenos Aires ele afirmou que a educação sábia é aquela "que busca encaminhar a vontade dos meninos para a prática do bem e para o cumprimento do dever, independentemente do estímulo dos prêmios ou do temor das penas" (MACAHUBAS, 1882, p.155). Na mesma ocasião ele exortava os mestres a ensinar aos meninos a virtude e a fecundar-lhes no coração os germens das grandes aspirações, despertando as energias da alma. Dedicava a parte final da *Lei nova* à educação moral, anunciando-a como o "ponto de transcendental importância, para o qual nunca se reclamará de mais a atenção dos pais de família e dos mestres de escola". (MACAHUBAS, 1884, p.27). Na seqüência, advoga o ensino da moral com base nos exemplos vivos, criticando o ensino à base de exortações e da memorização de regras de moral, dado nas escolas, considerando-o semelhante aos longos e mal ouvidos sermões dos padres. E conclui o texto afirmando que é pela via da educação moral que a escola primária irá realizar a reforma dos costumes e preparar os jovens de ambos os sexos para a vida pública assim como para desempenhar os deveres de pais e mães de família.

4. Conclusão

No *Prólogo* de seu livro sobre a vida e a obra do Barão de Macahubas, Isaías Alves conta que, em um curso de aperfeiçoamento de professores, leu algumas frases de Macahubas e pediu às educadoras que indicassem o autor de cada pensamento recebendo, em resposta, os nomes de Dewey, Thorndike, Ferrière, Kilpatrick e outros notáveis educadores modernos. Acrescenta que foi grande a surpresa daquelas professoras quando ele apresentou as obras originais de Macahubas datadas de 1882 e 1883, onde se incluía a *Lei nova*, publicada em 1884.

Esse testemunho põe em evidência a importância não apenas dos estudos de História da Educação mas também de sua difusão através do ensino como elemento de grande relevância na formação dos professores e educadores de modo geral.

Certamente o estudo histórico do tipo do que procuramos fazer no presente texto, nos permite evitar concluir, à luz dos nomes citados nas respostas dadas, que o Barão de Macahubas teria sido um representante do Movimento da Escola Nova "avant la lettre". Em verdade, as idéias pedagógicas do Barão de Macahubas se inserem nos debates educacionais que se travavam na segunda metade do século passado no âmbito internacional e, especificamente, no contexto brasileiro. Se os biógrafos, seguindo a via da apologética, tendem a exaltar a figura do "grande educador", nós temos, para contrastar, o testemunho de Raul Pompéia que torna controversa essa figura apresentando-a como expressão da concepção que considera o ensino como um negócio, o que faz trazer para esse campo o slogan "a propaganda é a alma do negócio".

De fato, quando Diretor Geral da Instrução Pública, Abílio César Borges preconizou o exercício, por parte do Poder Público, de um controle e fiscalização rigorosa das escolas privadas posicionando-se, portanto, contra a chamada "liberdade de ensino". Depois, já na iniciativa privada, ele propôs em 1873 ao Conselho Diretor da Instrução do Município da Corte que fosse decretado o ensino inteiramente livre, à vista da ineficiência da inspeção oficial e considerando que o Estado não deve se intrometer em algo que é dever natural e impreterível das famílias. Isaías Alves, como biógrafo, explica que a mudança de posição decorreria da experiência adquirida e rechaça como ingênua ou malévola a ligação com o fato de, à época (1873), Abílio ser diretor de colégio, alegando que ele não precisava disso, porque, dado o prestígio que alcançara não necessitava das benevolências do poder e, ao contrário, a liberdade de ensino era incentivo a novos concorrentes (ALVES, 1942, pp.40-41). Em verdade, como nos esclarece Maria de Lourdes Mariotto Haidar, naquela época a tese da desoficialização do ensino ganhava terreno, especialmente no que se refere

ao ensino secundário: "a idéia de confiar inteiramente à iniciativa particular o oneroso e improfícuo ensino secundário provincial, consagrada em 1868 em São Paulo, seduzia a muitas províncias" (HAIDAR, 1972, p.179). A partir de 1870 liberais e conservadores se irmanaram na defesa da tese da liberdade de ensino. E a pujança da iniciativa privada da qual são exemplos os colégios fundados por Abílio César Borges assim como a crença de que com liberdade plena haveria ainda maior expansão, fortaleceram a referida tese.

Igualmente o movimento de construção dos sistemas nacionais de ensino que se desenvolvia nos diferentes países também ganhava força no Brasil. Ora, Abílio, já no relatório de 1856 se manifesta a favor de um sistema nacional de instrução. E em 1875 conclama o Ministro do Império, João Alfredo, a criar o Ministério da Instrução afirmando que "a instrução pública deste vasto Império reclama já, e merece assás uma pasta especial" (ALVES, 1942, p.34).

Na perspectiva de construção de um sistema nacional de educação se intensificavam os debates sobre as formas de se organizar as escolas assim como sobre os métodos mais adequados de nelas desenvolver o ensino. Esse rico processo que se desenrolou nas últimas décadas do Império, ao ser este substituído pelo regime republicano em 1889, entrou em refluxo sendo retomado apenas na década de 20 do século atual, já no final da Primeira República que se encerra com a Revolução de 1930. Abílio César Borges, morto no início de 1891, embora inteiramente desconhecido nos meios educacionais do Brasil, revela-se, à luz dos documentos históricos, um importante protagonista dos debates que se travaram naquele período que se estende por aproximadamente 40 anos nos quais esteve presente, de forma ativa, a figura do Barão de Macahubas.

Referências bibliográficas:

- ALVES, Isaías, *Vida e Obra do Barão de Macahubas*. São Paulo, Nacional, 1942.
- GONDRA, José Gonçalves, *O Rei, o Delegado e a Lei: Uma leitura da Lei Nova do Ensino Infantil*. São Paulo, II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 1998.
- HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto, *O Ensino Secundário no Império Brasileiro*. S. Paulo, Grijalbo/USP, 1972.
- MACAHUBAS, Barão de (Abílio César Borges), "Ponencia en la 9ª sesion de prórroga del Congreso Pedagógico Internacional". In: *Actas del Congreso Pedagógico Internacional de Buenos Aires, T.III, 1882*, pp.124-126, 148-156 e 184-185.

- MACAHUBAS, Barão de, (Abílio César Borges), *A Lei Nova do Ensino Infantil*. Bruxellas, Typographia e Lithographia E. Guyot, 1884.
- POMPÉIA, Raul, *O Ateneu*. São Paulo, Biblioteca Folha, Ediouro, 1997.
- SAVIANI, Dermeval, "História das Idéias Pedagógicas: reconstruindo o conceito". In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.), *Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes de investigação*. Belo Horizonte, HG Edições, 1999 (no prelo).